

**A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL EM PSICOLOGIA:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS E A INTEGRAÇÃO ENTRE TEORIA E
PRÁTICA**

**THE CONSTRUCTION OF PROFESSIONAL IDENTITY IN PSYCHOLOGY:
CONTEMPORARY CHALLENGES AND THE INTEGRATION BETWEEN
THEORY AND PRACTICE**

**LA CONSTRUCCIÓN DE LA IDENTIDAD PROFESIONAL EN PSICOLOGÍA:
DESAFÍOS CONTEMPORÁNEOS Y LA INTEGRACIÓN ENTRE TEORÍA Y
PRÁCTICA**



10.56238/sevened2026.015-028

Francisco José de Oliveira Neto

Mestre em Psicologia

Instituição: Universidade Federal de Goiás (UFG)

E-mail: Franciskoneto3@yahoo.com.br

RESUMO

A literatura sobre a formação de profissionais da Psicologia Brasil tem evidenciado seus desafios históricos e institucionais; contudo, permanece insuficientemente explorada a articulação entre fragmentação epistemológica, hegemonia de práticas formativas e expansão do ensino superior sob a lógica mercantil. Este capítulo analisa criticamente os determinantes contemporâneos da formação em Psicologia, com ênfase na disjunção entre teoria e prática, na centralidade da clínica tradicional e nos efeitos da mercantilização do ensino. Adota-se uma abordagem teórico-analítica, fundamentada na tradição histórico-crítica, articulando revisão bibliográfica de autores centrais da Psicologia social brasileira e da educação à análise de dados do Censo da Educação Superior (MEC/INEP). A análise evidencia que a dissociação entre teoria e prática configura uma clivagem epistemológica que compromete a constituição de uma práxis crítica; que a hegemonia da clínica restringe os campos de atuação, reforça a individualização do sofrimento psíquico e limita a inserção interdisciplinar; e que a expansão quantitativa do ensino, orientada por critérios de mercado, produz precarização formativa, fragilização da pesquisa e reconfiguração da relação pedagógica. Tais processos operam de forma interdependente, expressando as determinações estruturais que atravessam a formação profissional e seu compromisso social. Conclui-se que a superação desses limites exige a reconfiguração do modelo formativo, com ênfase na integração entre teoria e prática, no fortalecimento da pesquisa e na construção de uma formação crítica, ética e socialmente implicada com a realidade brasileira.

Palavras-chave: Formação em Psicologia. Teoria e Prática. Ensino Superior. Psicologia Crítica. Compromisso Social. Mercantilização da Educação.

ABSTRACT

The literature on psychology training in Brazil has highlighted its historical and institutional challenges; however, the articulation between epistemological fragmentation, the hegemony of formative practices, and the expansion of higher education under market-oriented logics remains

insufficiently explored. This article critically examines the contemporary determinants of psychology training, with emphasis on the disjunction between theory and practice, the centrality of traditional clinical approaches, and the effects of the commodification of higher education. A theoretical-analytical approach is adopted, grounded in the historical-critical tradition, articulating a bibliographic review of key authors in Brazilian social psychology and education with the analysis of data from the Higher Education Census (MEC/INEP). The analysis demonstrates that the dissociation between theory and practice constitutes an epistemological cleavage that undermines the development of critical praxis; that the hegemony of clinical training restricts fields of practice, reinforces the individualization of psychological suffering, and limits interdisciplinary engagement; and that the quantitative expansion of higher education, driven by market criteria, produces training precarization, weakens research, and reconfigures pedagogical relations. These processes operate interdependently, expressing the structural determinations that shape professional training and its social commitment. It is concluded that overcoming these limitations requires the reconfiguration of the training model, with emphasis on the integration of theory and practice, the strengthening of research, and the construction of a critical, ethical, and socially engaged formation aligned with the Brazilian context.

Keywords: Psychology Training. Theory and Practice. Higher Education. Critical Psychology. Social Commitment. Commodification of Education.

RESUMEN

La literatura sobre la formación de profesionales de la Psicología en Brasil ha resaltado sus desafíos históricos e institucionales; sin embargo, la articulación entre la fragmentación epistemológica, la hegemonía de las prácticas formativas y la expansión de la educación superior bajo una lógica de mercado sigue estando insuficientemente explorada. Este capítulo analiza críticamente los determinantes contemporáneos de la formación en Psicología, con énfasis en la disyunción entre teoría y práctica, la centralidad de la práctica clínica tradicional y los efectos de la mercantilización de la educación. Se adopta un enfoque teórico-analítico, fundamentado en la tradición histórico-crítica, que articula una revisión bibliográfica de autores centrales en la psicología social y la educación brasileñas con el análisis de datos del Censo de Educación Superior (MEC/INEP). El análisis muestra que la disociación entre teoría y práctica constituye una escisión epistemológica que compromete la constitución de una praxis crítica; que la hegemonía de la práctica clínica restringe los campos de acción, refuerza la individualización del sufrimiento psíquico y limita la inserción interdisciplinaria; La expansión cuantitativa de la educación, impulsada por criterios de mercado, genera una formación precaria, debilita la investigación y reconfigura la relación pedagógica. Estos procesos operan de forma interdependiente, expresando las determinaciones estructurales que impregnan la formación profesional y su compromiso social. Se concluye que superar estas limitaciones requiere una reconfiguración del modelo formativo, haciendo hincapié en la integración de teoría y práctica, fortaleciendo la investigación y construyendo una educación crítica, ética y socialmente comprometida, relevante para la realidad brasileña.

Palabras clave: Formación en Psicología. Teoría y Práctica. Educación Superior. Psicología Crítica. Compromiso Social. Mercantilización de la Educación.

1 INTRODUÇÃO

A formação do psicólogo no Brasil constitui-se como um campo de problematização que ultrapassa os limites de uma análise estritamente pedagógica ou curricular, exigindo sua apreensão no interior das determinações históricas, sociais e econômicas que configuram a sociedade brasileira. Nesse sentido, compreender os impasses contemporâneos da formação em Psicologia implica situá-la no contexto de um capitalismo periférico e dependente, no qual a produção de conhecimento e a organização das práticas profissionais são atravessadas por relações de poder, interesses de classe e dinâmicas de reprodução social (Lane, 2001; Bock, 2002).

A regulamentação da profissão de psicólogo no Brasil, instituída pela Lei n. 4.119 de 1962, deve ser compreendida como parte de um processo mais amplo de institucionalização de saberes psicológicos que remonta ao final do século XIX e início do século XX. Conforme apontam Bock, Furtado e Teixeira (2001), bem como Yamamoto (1990), a consolidação da psicologia enquanto campo científico e profissional ocorreu sob forte influência de matrizes teóricas europeias e norte-americanas, frequentemente dissociadas das especificidades históricas e sociais brasileiras. Tal característica revela não apenas uma dependência epistemológica, mas também a inserção subordinada da psicologia brasileira em circuitos internacionais de produção de conhecimento.

Desde suas origens, a psicologia no Brasil esteve articulada a projetos de modernização que, longe de promoverem transformações estruturais, buscaram, em muitos casos, a manutenção da ordem social vigente. Como indicam Lane (2001) e Bock (2002), a psicologia participou ativamente da construção de práticas voltadas à adaptação dos indivíduos às normas sociais, contribuindo para a naturalização de desigualdades e para a individualização de problemas cuja gênese é, em grande medida, social. Essa função ideológica da psicologia torna-se particularmente evidente quando analisada à luz de uma formação social marcada pela desigualdade estrutural e pela dependência econômica.

No âmbito da produção de subjetividade, Spink (2003) ressalta que a prática psicológica não pode ser compreendida como neutra, uma vez que está implicada na constituição de modos de ser que respondem a determinadas racionalidades históricas. Nessa direção, a hegemonia de abordagens individualistas e despolitizadas na formação em Psicologia contribui para obscurecer as mediações sociais que constituem o sujeito, reforçando leituras que privilegiam a dimensão intrapsíquica em detrimento das determinações históricas e materiais.

Essas questões se tornam ainda mais complexas no cenário contemporâneo, marcado pela expansão acelerada do ensino superior, sobretudo no setor privado. Dados do Censo da Educação Superior (MEC/Inep, 2024) indicam que o sistema brasileiro registrou 45.776 cursos de graduação e 10.227.266 matrículas, das quais 79,8% concentram-se em instituições privadas, evidenciando uma expansão fortemente orientada por lógicas de mercado. Nesse contexto,

a Psicologia insere-se como uma das áreas com elevada oferta de cursos, ocupando a 6ª posição entre os maiores cursos de graduação do país, com 375.574 matrículas totais, das quais 375.465 (praticamente a totalidade) estão no formato presencial, uma vez que a área foi legalmente restringida à modalidade presencial pelo Ministério da Educação, ao lado de Medicina, Direito, Odontologia e Enfermagem. Esse movimento expressa um simultâneo alargamento do acesso e intensificação das tensões relativas à qualidade da formação, à regulação institucional e às condições de produção do conhecimento na área.

Tal configuração não se reduz a um fenômeno quantitativo, mas revela uma reconfiguração estrutural do ensino superior brasileiro, na qual a formação profissional tende a subordinar-se a imperativos mercantis, com efeitos diretos sobre a constituição do psicólogo e seu compromisso social. Conforme discutem Cunha e Holanda (2012) e Bogéa (2023), a ampliação quantitativa nem sempre foi acompanhada por investimentos equivalentes na qualificação do ensino, na integração entre teoria e prática e no fortalecimento da pesquisa.

Nesse contexto, a formação do psicólogo passa a ser atravessada por uma lógica mercadológica que tende a reduzir o processo educativo a uma dimensão instrumental, orientada pela empregabilidade imediata. Tal movimento, criticado por Saviani (1996), compromete a função social da educação superior, deslocando-a de um projeto formativo crítico para uma perspectiva tecnicista e adaptativa. Como consequência, observa-se a formação de profissionais frequentemente despreparados para lidar com a complexidade das demandas sociais contemporâneas, além de submetidos a condições de trabalho precarizadas (Bastos, 2006; Lane, 2001).

Ademais, a fragilidade na articulação entre teoria e prática, bem como a persistência da hegemonia da clínica tradicional, limitam o desenvolvimento de uma atuação interdisciplinar e socialmente comprometida. Bock (2002) já apontava que a psicologia brasileira, ao privilegiar determinados campos em detrimento de outros, restringe suas possibilidades de intervenção e reduz sua potência transformadora. Tal configuração evidencia a necessidade de repensar não apenas os currículos, mas os próprios fundamentos epistemológicos que orientam a formação.

À luz dessas considerações, torna-se evidente que a formação em Psicologia não pode ser reduzida a um conjunto de conteúdos ou competências técnicas. Trata-se, conforme argumenta Freire (1996), de um processo formativo que é simultaneamente ético, político e epistemológico, no qual estão em jogo projetos de sociedade e concepções de sujeito. Nessa mesma direção, Fiorin (2007) contribui ao indicar que todo discurso, inclusive o científico, é atravessado por condições de produção que delimitam seus sentidos e efeitos.

Sendo assim, discutir a formação do psicólogo no Brasil implica reconhecer sua inserção em uma totalidade social marcada por contradições estruturais, nas quais se articulam dependência econômica, desigualdade social e disputas ideológicas. A partir dessa perspectiva, o presente trabalho

propõe-se a analisar criticamente os desafios da formação em Psicologia no Brasil, articulando-os às determinações do capitalismo dependente e às tensões entre reprodução e crítica no interior do campo psicológico. Busca-se, assim, não apenas identificar limites, mas também apontar possibilidades de construção de uma formação mais consistente, socialmente implicada e teoricamente fundamentada.

2 A DISJUNÇÃO ENTRE TEORIA E PRÁTICA E SEUS EFEITOS NA FORMAÇÃO CRÍTICA

A disjunção entre teoria e prática na formação em Psicologia no Brasil configura-se como uma das expressões mais persistentes das contradições que atravessam o ensino superior em contextos de capitalismo dependente. Longe de constituir um problema meramente didático, essa cisão revela uma clivagem mais profunda, de ordem epistemológica e político-institucional, que compromete a produção de um saber psicológico capaz de apreender a complexidade da realidade social brasileira. Nesse cenário, a hegemonia de uma formação fragmentada contribui para a reprodução de práticas profissionais descontextualizadas, tecnicistas e, em muitos casos, ideologicamente alinhadas à manutenção da ordem social vigente (Lane, 2001; Bock, 2002).

Saviani (1996) já apontava que a organização do ensino superior tende a privilegiar a transmissão de conteúdos teóricos de forma dissociada das condições concretas de sua aplicação, produzindo uma formação marcada pela fragmentação do conhecimento. Tal configuração não apenas limita a capacidade de intervenção do futuro profissional, mas também inviabiliza a constituição de uma postura crítica diante dos fenômenos sociais. No campo da Psicologia, essa dissociação assume contornos ainda mais problemáticos, uma vez que o objeto de estudo, o sujeito, é inseparável das determinações históricas, culturais e materiais que o constituem.

A partir desse panorama, a clássica advertência de Yamamoto (1990) adquire centralidade analítica ao evidenciar a insuficiência de abordagens que isolam teoria e prática como dimensões autônomas: a prática sem teoria é cega, assim como a teoria sem prática é estéril, pois ambas se esvaziam quando não se articulam no processo concreto de compreensão e transformação da realidade. (Yamamoto, 1990).

A esse respeito, as reflexões de Oliveira Neto (2025) sobre a produção de subjetividade na era da pós-verdade oferecem um contraponto fecundo para se pensar os desafios contemporâneos da formação em Psicologia. Ao analisar como as *fake news* se convertem em "dispositivos psíquicos e sociais que modelam desejos, percepções e modos de existir" no ambiente hipermediatizado, o autor evidencia que a própria noção de realidade e de fato social tornou-se um campo de disputa ideológica articulada ao capitalismo digital. Do mesmo modo que as *fake news* operam dissociando linguagem, fato e realidade, produzindo "pseudo-realidades" que sustentam crenças e afetos à revelia do sentido de verdade, a formação fragmentada do psicólogo pode incorrer em um análogo epistemológico: forma

profissionais que, desprovidos de uma práxis crítica, atuam com base em representações empobrecidas da realidade social, naturalizando sofrimentos que são estruturalmente produzidos. Assim, como o capitalismo algorítmico converte a atenção em mercadoria e intensifica a viralização de discursos vazios de verdade, a lógica mercantil do ensino superior fragiliza a pesquisa e a articulação teoria-prática, produzindo um profissional igualmente "desprovido de sentido de verdade" crítico, ou seja, incapaz de compreender e transformar a realidade concreta em que intervém. Portanto, integrar teoria e prática na formação do psicólogo não é apenas uma exigência pedagógica, mas uma condição ético-política para contrapor os efeitos subjetivantes do capitalismo contemporâneo, que também opera, como mostra Oliveira Neto (2025), pela produção de subjetividades ajustadas à fragmentação, à polarização afetiva e à despolitização do laço social.

Essa formulação explicita que a dissociação entre teoria e prática não produz apenas lacunas formativas, mas compromete a própria inteligibilidade da intervenção psicológica, reduzindo-a a um conjunto de procedimentos técnicos desprovidos de fundamentação crítica. Conforme argumentam Bock, Furtado e Teixeira (2001), a integração entre teoria e prática constitui condição indispensável para a formação de um psicólogo capaz de problematizar sua atuação e de reconfigurá-la a partir das demandas concretas da população. Quando essa integração não se realiza, observa-se a reprodução acrítica de modelos teóricos importados, frequentemente inadequados às especificidades da realidade brasileira.

A fragmentação do processo formativo também deve ser compreendida como efeito de uma organização curricular que compartimentaliza o conhecimento em disciplinas estanques, dificultando a construção de uma visão totalizante do sujeito. Cunha e Holanda (2012) destacam que essa estrutura impede o estudante de articular diferentes referenciais teóricos, resultando em leituras parciais e, por vezes, contraditórias dos fenômenos psicológicos. Tal limitação não é apenas cognitiva, mas incide diretamente sobre a capacidade de intervenção, uma vez que restringe o repertório analítico do futuro profissional.

No plano das práticas pedagógicas, a inserção da dimensão prática frequentemente assume um caráter instrumental e burocrático, desvinculado de processos reflexivos mais amplos. Estágios supervisionados, embora fundamentais, nem sempre se configuram como espaços efetivos de elaboração teórico-prática, sendo muitas vezes reduzidos ao cumprimento formal de exigências curriculares. Esse cenário produz um paradoxo formativo: o estudante vivencia situações concretas sem dispor de ferramentas conceituais adequadas para interpretá-las, ou, inversamente, acumula conhecimento teórico que não se traduz em capacidade de intervenção qualificada.

Freire (1996) contribui de maneira decisiva para a compreensão dessa problemática ao afirmar que o conhecimento só se constitui plenamente quando enraizado na prática social. A dissociação entre teoria e prática, nesse sentido, gera um processo de aprendizagem alienado, no qual o sujeito se limita

à reprodução de conteúdos, sem desenvolver uma compreensão crítica de sua própria atuação. No campo da Psicologia, isso se traduz em intervenções que tendem à superficialidade, à descontextualização e à ineficácia frente às demandas sociais complexas.

Outro desdobramento relevante dessa disjunção refere-se à formação da escuta clínica e institucional. Quando dissociada de uma base teórica consistente e de uma compreensão crítica do contexto social, a escuta tende a se reduzir a um procedimento técnico, orientado por protocolos rígidos e desvinculado da singularidade do sujeito. Spink (2003) enfatiza que a prática psicológica participa da constituição de modos de subjetivação, o que implica reconhecer que a escuta não é neutra, mas atravessada por pressupostos teóricos e ideológicos. Sua redução a um instrumento técnico empobrece a intervenção e limita sua potência transformadora.

Ademais, a hegemonia da clínica tradicional no processo formativo reforça essa lógica, ao privilegiar modelos de intervenção centrados no indivíduo e, frequentemente, desarticulados das determinações sociais mais amplas. Bock (2002) critica essa tendência ao apontar que a psicologia brasileira, ao enfatizar abordagens individualistas, contribui para a naturalização de desigualdades e para a invisibilização de suas bases estruturais. Essa configuração limita o campo de atuação do psicólogo e restringe sua capacidade de intervir em contextos coletivos e institucionais.

Diante desse quadro, torna-se evidente que a superação da disjunção entre teoria e prática não pode ser reduzida a ajustes metodológicos pontuais. Trata-se de uma exigência que implica a reconfiguração do próprio modelo formativo, envolvendo mudanças nas bases epistemológicas, na organização curricular e nas práticas pedagógicas. Conforme Saviani (1996), é necessário construir uma formação que articule conhecimento teórico rigoroso, prática social significativa e compromisso com a transformação da realidade.

Assim, a integração entre teoria e prática deve ser concebida não como um ideal abstrato, mas como um princípio estruturante da formação em Psicologia, orientado pela construção de uma práxis crítica. Tal perspectiva exige a constituição de espaços formativos que favoreçam a reflexão, a problematização e a intervenção contextualizada, possibilitando a formação de profissionais capazes de compreender e transformar as condições sociais que produzem o sofrimento humano.

3 A HEGEMONIA DA CLÍNICA, A EXPANSÃO FORMATIVA E A LIMITAÇÃO DOS CAMPOS DE ATUAÇÃO

A disjunção entre teoria e prática, anteriormente discutida, não se limita ao plano pedagógico, mas se desdobra na própria configuração dos campos de atuação privilegiados na formação em Psicologia. Nesse horizonte, a hegemonia da clínica não se apresenta apenas como uma ênfase curricular, mas como expressão histórica de um modo específico de produção de saber sobre o sujeito, que tende a isolá-lo das determinações sociais que constituem seu sofrimento. Tal configuração,

articulada à fragmentação formativa, sustenta uma prática centrada no indivíduo abstrato, reiterando formas de intervenção que operam por descontextualização.

Conforme analisa Spink (2003), a centralidade da clínica limita a apreensão da multiplicidade de contextos nos quais o psicólogo pode atuar, restringindo sua inserção a espaços tradicionais e socialmente delimitados. Essa limitação remete às condições históricas de institucionalização da Psicologia no Brasil, fortemente vinculada à prática clínica privada. Como indicam Bock, Furtado e Teixeira (2001), essa herança persiste nos currículos contemporâneos, que privilegiam conteúdos clínicos em detrimento de áreas como a psicologia social, escolar e das políticas públicas. Diante disso, como já advertia Lane (2001), a ênfase no indivíduo isolado obscurece os determinantes sociais, econômicos e culturais do sofrimento psíquico, operando como mecanismo de despolitização da prática psicológica.

Essa configuração torna-se ainda mais crítica quando articulada à expansão recente do ensino superior. Dados do Censo da Educação Superior indicam que o número de matrículas em cursos de Psicologia mais que dobrou entre 2010 e 2021, passando de 136,4 mil para 289,8 mil estudantes, o que representa um crescimento de 112,4% (Bogéa, 2023). Paralelamente, o número de instituições que ofertam o curso também se expandiu significativamente, passando de cerca de 300 em 2010 para aproximadamente 500 (MEC/Inep, 2024 dados preliminares). Esse crescimento, fortemente concentrado no setor privado, evidencia um processo de massificação da formação que não foi acompanhado por uma diversificação equivalente dos campos de atuação.

O resultado é a intensificação de uma dinâmica paradoxal: amplia-se o número de profissionais formados, mas mantém-se a concentração na clínica, o que produz saturação do mercado e aprofundamento das condições de precarização. Bastos (2006) já indicava que a inserção do psicólogo no mercado de trabalho é marcada por instabilidade e baixos rendimentos, cenário que tende a se agravar quando a formação restringe o repertório de atuação. Assim, a hegemonia da clínica não apenas limita a formação, mas também estrutura desigualdades no próprio campo profissional.

Do ponto de vista epistemológico, essa predominância se sustenta por regimes de legitimação do saber que hierarquizam práticas e naturalizam determinados modelos de intervenção como mais científicos ou eficazes. Conforme sugere Fiorin (2007), os discursos não apenas descrevem a realidade, mas produzem efeitos de verdade que organizam o campo de possibilidades de ação. Nesse caso, a clínica tradicional opera como eixo de legitimação, relegando práticas coletivas e institucionais a uma posição secundária.

A crítica a esse modelo encontra suporte na psicologia social crítica, especialmente em Bock (2002), ao recolocar a relação entre sujeito e sociedade como eixo estruturante da análise. Nessa perspectiva, o sofrimento psíquico é compreendido como fenômeno historicamente produzido, exigindo intervenções que ultrapassem o nível individual. No entanto, essa inflexão teórica ainda não

se traduz de forma consistente nos currículos, permanecendo frequentemente como conteúdo complementar.

Outro aspecto, a centralidade da clínica compromete o desenvolvimento de competências para atuação interdisciplinar. Em contextos como escolas, políticas públicas e organizações, o psicólogo é convocado a operar em dinâmicas coletivas e institucionais. Contudo, a formação centrada na clínica tradicional não oferece, em muitos casos, os instrumentos necessários para tal atuação, resultando em práticas limitadas e marginalizadas.

Essa limitação também se expressa na dimensão política da formação. Como afirma Freire (1996), toda prática educativa implica uma posição diante do mundo. A ausência de uma formação orientada pela crítica social contribui para a produção de profissionais pouco preparados para compreender as relações de poder e as desigualdades estruturais que atravessam sua prática.

Diante desse quadro, a ampliação dos campos de atuação não pode ser reduzida à diversificação curricular. Trata-se de uma reconfiguração dos fundamentos epistemológicos da formação, que exige a integração entre teoria e prática e a redefinição do papel social da Psicologia. Como argumenta Saviani (1996), a formação deve articular conhecimento e transformação social, o que implica deslocar o foco do indivíduo isolado para as relações que o constituem.

Assim, a superação da hegemonia da clínica não implica sua negação, mas sua reinscrição em uma perspectiva ampliada, na qual diferentes campos de atuação sejam reconhecidos como constitutivos da prática psicológica. Tal movimento exige uma formação que articule densidade teórica, inserção prática e compromisso social, permitindo ao psicólogo atuar de forma crítica, ética e historicamente situada.

4 EXPANSÃO DO ENSINO, MERCANTILIZAÇÃO E PRECARIZAÇÃO DA FORMAÇÃO

A problemática da hegemonia da clínica e da limitação dos campos de atuação não pode ser plenamente compreendida sem sua articulação com um movimento mais amplo que tem reconfigurado o ensino superior brasileiro nas últimas décadas: a expansão acelerada e mercantilizada da educação. No caso específico da Psicologia, esse processo assume contornos particularmente críticos, na medida em que incide diretamente sobre a qualidade da formação, a produção de conhecimento e a própria definição do papel social do psicólogo.

A expansão do ensino superior em Psicologia, intensificada sobretudo a partir dos anos 2000, promoveu uma ampliação significativa do acesso à formação. Dados do Censo da Educação Superior, produzido pelo Ministério da Educação e pelo INEP, evidenciam o crescimento expressivo do número de cursos, instituições e matrículas na área. Entre 2010 e 2021, as matrículas saltaram de 136,4 mil para 289,8 mil, um crescimento de 112,4% (Bogéa, 2023). No entanto, essa expansão quantitativa não foi acompanhada por um investimento proporcional na qualidade da formação, gerando um cenário

marcado por assimetrias estruturais e fragilização dos processos formativos (Cunha & Holanda, 2012; Bogéa, 2023). Esse descompasso pode ser evidenciado, por um lado, pelo avanço desordenado das instituições privadas, que respondiam por cerca de 75% das matrículas já em 2022 e alcançaram 79,8% em 2024, totalizando 2.244 instituições privadas frente a 317 públicas. Por outro lado, pelas condições objetivas de oferta, como a precarização da infraestrutura, a relação professor/aluno e a titulação docente desses cursos registrada nos microdados do Censo. Conforme aponta a literatura, a massificação do ensino superior no Brasil, especialmente impulsionada pelo setor privado, historicamente ocorreu sem a correspondente garantia de qualidade, fragilizando a formação e aprofundando as desigualdades regionais e estruturais do sistema (Souza & Luce, 2024).

À luz desse quadro, a mercantilização da educação superior emerge como uma categoria central de análise. Conforme argumenta Bastos (2006), a crescente inserção de lógicas de mercado no campo educacional produz uma inflexão no próprio sentido da formação, deslocando-a de um projeto crítico e emancipatório para uma perspectiva instrumental e orientada pela lógica da empregabilidade. Tal movimento é sintetizado na seguinte formulação: há uma mercantilização da formação que transforma o estudante em cliente, o diploma em produto e o ensino em mera prestação de serviço, esvaziando o sentido formativo e crítico da educação superior. (Bastos, 2006)

Essa reconfiguração implica a submissão das instituições de ensino a critérios de eficiência econômica, nos quais a redução de custos e a maximização de matrículas tornam-se prioridades. Como consequência, observa-se a proliferação de cursos com infraestrutura insuficiente, corpo docente precarizado e projetos pedagógicos genéricos, muitas vezes desvinculados das Diretrizes Curriculares e das demandas sociais concretas. Cunha e Holanda (2012) destacam que a qualidade da formação não acompanha a velocidade da expansão, o que compromete a consistência teórica e a articulação prática dos cursos.

Sob essa perspectiva, a flexibilização curricular e a ampliação do ensino a distância, embora apresentadas como estratégias de democratização do acesso, frequentemente operam como mecanismos de precarização da formação. No campo da Psicologia, essa tendência é particularmente problemática, uma vez que a formação exige não apenas domínio conceitual, mas também experiências práticas supervisionadas e processos de reflexão crítica que dificilmente se realizam de forma adequada em modelos excessivamente flexibilizados.

A incorporação da lógica mercantil ao ensino superior também produz efeitos no plano da subjetivação. Ao reposicionar o estudante como consumidor, altera-se a própria relação com o saber, que passa a ser concebido como um bem a ser adquirido, e não como um processo de construção crítica. Freire (1996) já advertia que a educação, quando reduzida a uma lógica bancária, tende a produzir sujeitos passivos, pouco implicados com o conhecimento e com a transformação da realidade. No caso

da formação em Psicologia, isso se traduz na constituição de profissionais que dominam técnicas, mas carecem de densidade teórica e compromisso ético.

Esse processo tem impactos diretos na produção de conhecimento. A pesquisa, que deveria constituir um eixo estruturante da formação universitária, é frequentemente relegada a um plano secundário, sobretudo em instituições orientadas por critérios mercadológicos. Como consequência, limita-se a capacidade da Psicologia brasileira de produzir conhecimento situado, comprometido com a compreensão das especificidades sociais do país. Tal cenário reforça a dependência teórica em relação a centros hegemônicos de produção científica, reiterando a condição periférica já apontada por autores como Yamamoto (1990) e Lane (2001).

Ademais, a precarização da formação se expressa também nas condições de trabalho docente, marcadas por sobrecarga, vínculos instáveis e baixa valorização. Esse contexto compromete não apenas a qualidade do ensino, mas também a possibilidade de construção de espaços acadêmicos voltados à reflexão crítica e à produção de conhecimento. A fragilização do trabalho docente, nesse sentido, é indissociável da fragilização do próprio processo formativo.

Outro elemento que merece atenção refere-se ao que pode ser compreendido como uma tendência à infantilização do processo educativo. Ao tratar o estudante como cliente, as instituições tendem a reduzir o nível de exigência acadêmica, priorizando a satisfação imediata em detrimento da formação rigorosa. Fiorin (2007) permite compreender esse fenômeno ao evidenciar que os discursos institucionais produzem efeitos de sentido que moldam as expectativas e práticas dos sujeitos. Nesse caso, constrói-se uma relação com o saber marcada pela superficialidade e pela baixa implicação crítica.

À luz dessas considerações, torna-se evidente que a expansão do ensino superior em Psicologia, quando orientada por lógicas mercantis, produz um duplo movimento: amplia o acesso, mas simultaneamente precariza a formação. Tal contradição não pode ser resolvida sem uma análise que considere as determinações estruturais do capitalismo dependente, no qual a educação tende a ser subordinada às exigências do mercado.

Diante do exposto, enfrentar os desafios da formação em Psicologia no Brasil exige não apenas o fortalecimento de mecanismos de regulação e avaliação, mas, sobretudo, a construção de um projeto formativo que recoloca a educação como prática social crítica, orientada pela produção de conhecimento, pela formação ética e pelo compromisso com a transformação da realidade. Trata-se, portanto, de tensionar a lógica mercantil dominante e afirmar a formação em Psicologia como espaço de produção de saberes e práticas comprometidos com as demandas históricas da sociedade brasileira.

5 CONCLUSÃO

A análise desenvolvida ao longo deste trabalho permitiu demonstrar que a formação do psicólogo no Brasil não pode ser compreendida como um fenômeno circunscrito ao âmbito pedagógico, mas deve ser situada no interior de determinações histórico-estruturais que atravessam a constituição da Psicologia enquanto campo científico e profissional em uma sociedade marcada pelo capitalismo dependente. O objetivo proposto foi alcançado ao evidenciar que os impasses contemporâneos da formação articulam-se a três eixos fundamentais: a disjunção entre teoria e prática, a hegemonia da clínica como paradigma formativo e a expansão mercantilizada do ensino superior.

Os principais achados indicam, em primeiro lugar, que a fragmentação entre teoria e prática não constitui apenas uma limitação didática, mas expressa uma clivagem epistemológica que compromete a constituição de uma práxis crítica, conforme já problematizado por Saviani (1996) e Freire (1996). Em segundo lugar, a centralidade da clínica, longe de ser uma escolha neutra, revela uma herança histórica e ideológica que restringe os campos de atuação e reforça uma concepção individualizante da subjetividade, em consonância com as críticas formuladas por Lane (2001) e Bock (2002). Por fim, a expansão do ensino sob a lógica da mercantilização evidencia um deslocamento do sentido da formação, que passa a ser orientada por critérios de mercado, resultando na precarização dos processos formativos e na fragilização da produção de conhecimento, conforme discutido por Bastos (2006) e Cunha e Holanda (2012).

A contribuição deste estudo reside, portanto, na articulação desses três eixos em uma mesma matriz analítica, permitindo compreender a formação em Psicologia como um processo atravessado por determinações econômicas, ideológicas e institucionais. Ao integrar a crítica à mercantilização com a análise da hegemonia clínica e da fragmentação epistemológica, o trabalho avança na direção de uma leitura mais totalizante do campo, evidenciando que tais fenômenos não são isolados, mas mutuamente implicados. Com isso, amplia-se a compreensão sobre os limites estruturais da formação e sobre as condições necessárias para sua transformação.

No que se refere ao diálogo com o estado da arte, os resultados aqui apresentados corroboram, em grande medida, as críticas formuladas por autores centrais da Psicologia social brasileira, como Lane (2001) e Bock (2002), ao evidenciar a persistência de uma Psicologia descolada das determinações sociais. Ao mesmo tempo, tensionam essas leituras ao incorporar de forma mais sistemática a problemática da mercantilização do ensino superior como elemento estruturante contemporâneo. Em um plano mais amplo, as análises desenvolvidas encontram ressonância com a tradição crítica inaugurada por Freud, especialmente no que concerne à relação entre cultura e produção de subjetividade, ainda que deslocando essa discussão para o âmbito das instituições formativas. De modo complementar, a perspectiva adotada aproxima-se de uma leitura que, à maneira de Foucault, reconhece a implicação entre saber, poder e produção de subjetividades, ao evidenciar

como os dispositivos formativos operam na constituição de determinados modos de ser psicólogo. Por fim, a ênfase na constituição do sujeito em sua relação com o social mantém interlocução com a tradição lacaniana, ainda que não tenha sido seu foco direto de desenvolvimento.

Do ponto de vista metodológico e epistemológico, é necessário reconhecer que este estudo se inscreve no campo das análises teórico-críticas, baseando-se predominantemente em revisão bibliográfica e interpretação conceitual. Tal opção implica limites, especialmente no que se refere à ausência de dados empíricos que permitam verificar, em contextos específicos, as dinâmicas aqui descritas. Além disso, a ênfase em uma matriz teórica de orientação histórico-crítica pode restringir o diálogo com outras abordagens epistemológicas presentes no campo da Psicologia. No entanto, tais limitações não invalidam os resultados, mas delimitam o escopo da análise, indicando seu caráter interpretativo e propositivo.

A partir das lacunas identificadas, delinea-se uma agenda de pesquisa que se mostra promissora em diferentes direções. Em primeiro lugar, investigações empíricas que analisem, em contextos institucionais concretos, os efeitos da mercantilização sobre a formação em Psicologia podem aprofundar e tensionar as hipóteses aqui levantadas. Em segundo lugar, estudos que explorem experiências formativas alternativas, capazes de integrar teoria e prática de maneira crítica, podem contribuir para a construção de modelos contra-hegemônicos. Por fim, torna-se relevante ampliar o diálogo com outras tradições teóricas, incluindo abordagens psicanalíticas e pós-estruturalistas, a fim de enriquecer a compreensão sobre os processos de subjetivação implicados na formação profissional.

À luz dessas considerações, sustenta-se que a formação do psicólogo no Brasil encontra-se diante de uma encruzilhada histórica. A superação dos limites identificados não depende apenas de reformas curriculares pontuais, mas de uma reconfiguração mais ampla que envolva o reposicionamento da Psicologia frente às demandas sociais e às condições materiais de sua produção. Trata-se de afirmar uma formação que articule rigor teórico, consistência prática e compromisso ético-político, reconhecendo que a atuação do psicólogo, longe de ser neutra, participa ativamente da produção e transformação das formas de subjetividade na sociedade contemporânea.

REFERÊNCIAS

- Bastos, A. V. B. (2006). *Psicologia organizacional e do trabalho no Brasil: perspectivas e desafios*. Artmed.
- Bock, A. M. B. (2002). *A psicologia social no Brasil: uma leitura crítica do saber psicológico*. Vozes.
- Bock, A. M. B., Furtado, O., & Teixeira, M. L. T. (2001). *Psicologias: uma introdução ao estudo da psicologia*. Saraiva.
- Bogéa, D. (2023). *A expansão dos cursos de Psicologia no Brasil: desafios para a formação*. Editora Psicologia e Sociedade.
- Bogéa, M. (2023). Psicologia no Brasil: formação e demandas do mercado de trabalho. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 23 (4), 23403.
- Cunha, M. I., & Holanda, A. F. (2012). Formação em Psicologia: desafios contemporâneos. *Psicologia em Estudo*, 17 (3), 445-453.
- Cunha, M. V., & Holanda, A. F. (2012). Formação em Psicologia e mercado de trabalho: tensões e desafios. *Revista Psicologia: Ensino & Formação*, 3 (2), 45-62.
- Fiorin, J. L. (2007). *Elementos de análise do discurso*. Contexto.
- Freire, P. (1996). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Paz e Terra.
- Lane, S. T. M. (2001). *A psicologia no Brasil: tendências e perspectivas*. Brasiliense.
- Ministério da Educação, & Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira [INEP]. (2023). *Censo da Educação Superior*. Recuperado em 8 de maio de 2026 de <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior>
- Oliveira Neto, F. J. de. (2025). Subjetividade em tempos de pós-verdade: o discurso capitalista na produção da linguagem, da verdade e dos fatos. *Editora Impacto Científico*, 1186-1197. <https://periodicos.newsciencepubl.com/editoraimpacto/article/view/11376>
- Saviani, D. (1996). *Escola e democracia*. Autores Associados.
- Souza, J. P., & Luce, B. (2024). Massificação do ensino superior e qualidade da formação no Brasil. *Educação & Sociedade*, 45 (1), 112-130.
- Spink, M. J. P. (2003). A constituição do sujeito e a prática psicológica. *Psicologia & Sociedade*, 15(2), 18-29.
- Yamamoto, O. H. (1990). Psicologia e compromisso social. In S. T. M. Lane (Org.), *Psicologia social: o homem em movimento*. Brasiliense.